

Ata 129/2020

Aos dezessete dias do mês de agosto de 2020, às 13h30min e em ambiente virtual, reuniram-se os conselheiros: Márcio Becker – Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Jacinta Renner – Associação Pro Ensino Superior (ASPEUR), Carlos Spengler – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Daniel Zanotta – Secretaria Municipal de Educação (SMED), Susana Sápiras – Núcleo do Conselho Regional de Serviço Social de Novo Hamburgo (NUCRESS), Raul Becker – Coordenadoria de Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência (CPPPD), Vera Mossmann – Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (F.E.T. Liberato S. V. da Cunha), Rafael Lopes – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL), Josias da Cunha – Leme Associação dos Lesados Medulares (LEME), Natália Mentz – Associação dos Familiares e Amigos do Down Vinte e Um (AFAD21), Orlando Pinheiro – Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) e Claudinei Padilha – Associação dos Deficientes Visuais de Novo Hamburgo (ADEVIS). Além de Gabriela Pruch, Lucimara Azambuja e Entony Souza da Casa dos Conselhos. **Pauta 1. Leitura e aprovação da ata nº 128**; Gabriela lembrou que não foi mencionado o ano em curso na ata 128 e considerando que a ata é ad referendum, fica registrado que a ata 129 refere-se ao ano de 2020. Carlos spengler solicitou aos conselheiros que a votação da ata seja por e-mail para fins de registro.

Pauta 2. Semana Nacional da PCD; Carlos comentou e pediu sugestões aos conselheiros sobre atividades a serem realizadas nessa semana e afirmou que haverá programação na APAE focando no protagonismo da PCD. Rafael sugeriu que se faça uma entrevista na TV FEEVALE, por intermédio da conselheira Jacinta Renner. Jacinta afirmou que há dificuldades para tal, mas que já há um vídeo educativo sobre PCD circulando na programação. Rafael sugere que possa ser noticiado na página virtual da PMNH sobre a semana da PCD, e Gabriela disse que verificará esta possibilidade. Raul Becker mencionou decreto municipal quanto a pandemia e o período eleitoral em curso, mas também vai verificar a possibilidade da veiculação, e acredita que as entidades e o CMPCD poderão fazer este material.

Carlos sugeriu que seja solicitada uma manifestação da Câmara Municipal quanto a semana da PCD, além de utilizarmos a tribuna popular da câmara. Rafael Lopes sugeriu que Carlos manifeste-se em nome do CMPCD na tribuna. Orlando

questionou sobre o tema da semana nacional da PCD e lembrou que já estamos na
pandemia há cinco meses e devemos prevenir a violência sobre a PCD. Gabriela
35 afirmou que o tema da Semana Estadual é “O distanciamento que aproxima com
Acessibilidade e inclusão”. Jacinta contatou a TV FEEVALE, que lhe sugeriu a
veiculação de mensagens de conscientização sobre PCD, e sendo assim, serão
feitos *cards* a serem veiculados nos meios da TV. Carlos considerou positiva esta
ação que poderá ser repassada para todos os conselheiros. Jacinta providenciará
40 que o *card* contenha o máximo de acessibilidade vendo a possibilidade para áudio
descrição, legenda e LIBRAS na apresentação. Márcio sugeriu os temas:
manutenção dos empregos e violência. Raul sugeriu que a jornalista da SDS Carina
colabore na elaboração do material. Rafael sugeriu os temas: acessibilidade e
abandono. Susana afirmou que é importante que apareçam pontos positivos como
45 as potencialidades da PCD. Orlando sugeriu que seja citada a rede de proteção,
direitos trabalhistas, acessibilidade e isolamento social. Orlando também afirmou
que atualmente a inclusão ocorre nas entidades e que a política pública tem sido
falha. Rafael acredita que estes assuntos são políticos e ideais para uma
conferência, mas não no *card*. Márcio esclareceu que estas ideias podem ser
50 expostas sem pedir votos, e acredita ser o momento para reivindicar os direitos da
PCD. Jacinta identifica dificuldades para a FEEVALE assumir este compromisso
neste momento devido a grande demanda de trabalho. Orlando sugeriu que o *card*
deverá continuar circulando mesmo após a semana nacional da PCD,
principalmente sobre a rede de proteção, a fim de provocar adequação do poder
55 público às necessidades das PCD. Carlos tem percebido dificuldades para proteger
a PCD na rede pública. Vera sugeriu que a palavra resistência apareça no card, e
citou o exemplo do tema “transporte público”, que numa reportagem do Jornal NH,
um cadeirante esperou quatro horas pelo ônibus adaptado. Daniel sugeriu que se
faça um vídeo sobre o tema. Márcio sugeriu que após a produção dos *cards*, os
60 temas sejam discutidos nas plenárias, e Carlos aprovou esta ideia. Lucimara conta
que em evento da OAB/NH questionou sobre o atendimento à PCD na delegacia de
vulneráveis onde os atendentes não são capacitados e deixa como reflexão para os
conselheiros a fim de futuros debates. Raul coloca que os eventos na OAB ocorrem
no auditório que não possui acessibilidade e o acesso é pelas escadas. Orlando

65 lembrou que quem protege a PCD é o Estado, a sociedade e a família, sendo que a
violência também ocorre nestes segmentos. Carlos sugeriu que se criem grupos de
estudos sobre os temas propostos. Rafael sugeriu reivindicarmos a participação na
Comissão de Direitos Humanos da câmara municipal. **Pauta 3: *live* com a**
Secretaria Nacional da PCD: Carlos afirmou que NH, POA, Sapiranga, Guaporé e
70 mais 16 representantes de conselhos municipais participaram da *live*, evidenciando
a baixa adesão, e que os representantes relataram preocupação com o isolamento
social da PCD durante a pandemia, e que em alguns municípios há visitação
domiciliar, e que existe o desejo de traçar o perfil das PCD no Brasil, e que já há
canal para denúncia de violação de direitos, que é o “Disque 100”. **Pauta 4: *live***
75 **promovida pela FEEVALE:** Carlos afirmou que o Conselho Municipal dos Direitos
da Mulher mostrou dados da violência no município e que ele evidenciou que são as
entidades que estão identificando a violação de direitos da PCD, acreditando que a
sociedade tenha o compromisso de assegurar acessibilidade para ir as compras,
lazer e etc. Jacinta disse que a PCD -intelectual tem mais dificuldade de
80 comunicação da sua situação de violência. Márcio citou o NADIM da FEEVALE, que
foi criado para defender os direitos da mulher, e acredita ser necessário que haja
uma estrutura para garantir os direitos da PCD, e parabenizou a fala de Carlos na
live. Rafael sugeriu explanar sobre a acessibilidade dos PCD para estudantes da
FEEVALE. Orlando assistiu a *live* e acredita que o papel da CMPCD é deliberativo,
85 sugerindo que uma PCD fale junto ao Presidente nas *lives*. Assuntos gerais: [Orlando](#)
[retoma o termo “Recomendação” utilizado na Resolução 14/2020 para que em Novo](#)
[Hamburgo as pessoas com deficiência tenham amparo diante da pandemia,](#)
[afirmando que pela lei e estatuto do CMPCD este tem o papel de deliberar sobre o](#)
[tema. Questionando a fala do conselheiro Márcio, sobre que seria um privilégio a](#)
90 [pessoa com deficiência ser amparada na pandemia pela Resolução do Conselho,](#)
[Orlando afirma que o Conselho não pode negar direito amparado em lei, Estatuto da](#)
[Pessoa com Deficiência, e que direito não é privilégio.](#) Raul acredita que as leis não
são cumpridas e identifica falta de vontade política para tal e que na mídia não há
acessibilidade na comunicação, lembrando que em NH há um Plano de
95 Acessibilidade com um Comitê Gestor, mas que não é efetivo, e que as reuniões
ocorrem no segundo andar num prédio sem elevador. Raul disse que na SMED tem

inclusão, mas que o Estado que é quem assume o ensino médio não tem. Jacinta afirmou que a FEEVALE está disposta a colaborar em ações comunitárias, ao invés de esperar somente por ações do poder público, solicitando que Márcio veja a possibilidade de que a OAB/NH crie um projeto que ofereça serviço jurídico para as PCD. Márcio lembrou que na legislação municipal não há punição para quem viola as leis relativas às PCD. Josias citou que na farmácia do Estado ainda não há banheiro adaptado mesmo após suas reclamações. Carlos acredita que cada situação de violação deva ser elencada para termos argumentos para a reivindicarmos a quem de direito. Raul propõe-se a verificar a acessibilidade para os órgãos públicos, e as exigências para o “Habite-se”. Carlos sugeriu que na próxima plenária voltemos a esse tema. Orlando acredita que quanto às políticas públicas, as entidades são importantes mas não substituem as ações governamentais de políticas públicas, de Educação, Saúde e Assistência Social, garantindo a inclusão das pessoas com deficiência em toda a rede de serviços, devem reivindicar a adequação das necessidades da PCD ao poder público. Lucimara citou que a exigência de dois metros de distância entre as pessoas durante a pandemia, para o cego é inviável. Jacinta enviou para a FEEVALE pelo aplicativo *Whatsapp*, uma proposta de *card* para a semana nacional da PCD. Raul questionou porque a ADEFI ainda não participa das plenárias. Susana e Gabriela esclareceram que todos podem participar das plenárias, mas a ADEFI não tem direito ao voto porque não é conselheira. Quanto ao registro no CMPCD, esclarece que sua documentação ainda não foi aprovada, e conforme resolução do CMPCD e da Comissão de Fiscalização, a avaliação da documentação é por ordem de chegada do protocolo junto a Casa dos Conselhos, e mesmo após a avaliação da documentação haverá visita às entidades, mas todo este processo fora interrompido devido à pandemia. Carlos exemplificou que a APAE não é conselheira no CMDCA, mas que sempre participa das plenárias, e convida Fátima a participar das plenárias do CMPCD. Carlos agradeceu a presença de todos, convidando para a plenária do próximo mês e encerrou a reunião. Não havendo mais nada a tratar, eu Susana Sápiras encerro a presente ata, que será assinada por mim e pelo Presidente Carlos Spengler.